

DISCURSO DE POSSE NO MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

4.1.99

Luiz Carlos Bresser Pereira

Quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso me disse que o mais importante a ser realizado no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado já estava feito, e me surpreendeu convidando-me a ocupar o Ministério de Ciência e Tecnologia, além de me sentir honrado pelo convite, fui tomado por dois sentimentos contraditórios: alegria e preocupação. Alegria por poder dar minha contribuição para uma área tão importante do governo, preocupação por que sei que os desafios são muitos e que muito terei a aprender.

A política de ciência e tecnologia no Brasil já passou por muitas fases: nos anos 70 esta política desempenhou um papel decisivo através do CNPq e da FINEP. Enquanto a primeira instituição participava juntamente com a CAPES da instalação do sistema de pós-graduação no Brasil e fornecia os recursos para a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico, a FINEP desenvolvia uma política sistemática de apoio à pós-graduação e de financiamento à inovação tecnológica.

Entretanto, a partir do início dos anos 80 o modelo de substituição de importações revelou-se definitivamente esgotado, e o Brasil mergulhou em uma crise fiscal e em um processo de marcada redução de suas taxas históricas de crescimento. Ora, foi em 1985, quando esta crise se traduzia não apenas em alta inflação e queda do crescimento, mas também na redução das verbas destinadas à ciência e à tecnologia, que foi criado o Ministério de Ciência e Tecnologia ao mesmo tempo que país aprofundava seu modelo protecionista através da reserva de mercado para a informática. Era óbvio que a sociedade brasileira não se dera ainda conta da crise e da sua gravidade: uma crise de Estado, que exigia a reavaliação das políticas públicas, e clamava pela reconstrução do Estado.

A crise só se tornou consciente para a sociedade no final dos anos 80, quando a alta inflação ameaçava transformar-se em hiperinflação e as baixas taxas de crescimento, em estagnação. Mas quando isto ocorreu

vimos as elites brasileiras - não apenas as elites empresariais mas também as políticas e burocráticas - darem uma guinada de 180 graus. Sem dúvida era necessário abrir a economia; sem dúvida era necessário combater sem quartel o populismo econômico; sem dúvida era necessário que o Estado deixasse a atividade empresarial para o setor privado; sem dúvida era preciso tornar o Brasil internacionalmente competitivo. Nesse sentido as diversas tentativas de ajuste fiscal, a abertura comercial e a política de privatização, foram necessárias e corretas.

Mas o que muita gente não compreendeu foi que estas reformas só teriam sentido se, além de fazerem funcionar melhor e mais livremente o mercado, fortalecessem o Estado, contribuíssem para sua reconstrução, lhe devolvessem a capacidade de intervenção para compensar as falhas e insuficiências do próprio mercado, principalmente nas áreas da educação e da saúde, da ciência e da tecnologia.

O que não foi percebido em meio à crise foi que para superá-la era preciso, sim, criticar o estatismo e o protecionismo anteriores, mas para isto não se justificava girar o pêndulo 180 graus, não era preciso negar um papel ativo para o Estado no desenvolvimento econômico e na defesa do interesse nacional.

Sim, porque o Estado não existe apenas para garantir a propriedade e os contratos, como querem os neoliberais ou neoconservadores radicais, nem para, adicionalmente, financiar a educação e a saúde públicas e promover políticas direcionadas de proteção social, como pretendem os liberais moderados. Existe também para defender o interesse nacional, para promover a poupança interna e o aumento da competitividade das nossas empresas no exterior. “O capital se faz em casa”, afirma Barbosa Lima Sobrinho, analisando a experiência do Japão, “a poupança externa é sempre marginal” confirma Martin Feldstein, analisando as economias dos países da OCDE.

Há alguns dias, antes de ser convidado para ocupar este cargo, fazia eu afirmações deste tipo junto a um grupo de amigos, e falava especialmente na importância de defender o interesse nacional, quando vários me perguntaram, quase acusadoramente: mas o que é o interesse nacional, será que você de repente virou protecionista? Evidentemente para aquelas pessoas só existe o branco e o preto, só navegam bem nas águas plácidas do pensamento linear e convencional. O interesse nacional não se confunde com protecionismo, nem com corporativismo, mas certamente ele não será atendido se for ignorado, se ficarmos apenas em uma política de *confidence building* junto a credores e investidores

estrangeiros, contando que eles nos ajudem a promover o desenvolvimento nacional.

Poderão até fazê-lo. Temos muitos interesses comuns com os demais países de todo o mundo. A política externa do Presidente Fernando Henrique tem sido muito clara a respeito. Mas daí não se segue que não tenhamos nossos interesses nacionais. Que vivamos em um mundo globalizado, em que desapareceram as nações e seus respectivos interesses. Esse é um discurso do qual nem a política neoliberal mais autêntica que tivemos neste século, Margareth Thatcher, partilhava. Pelo contrário, ela tinha muito claro para ela própria a necessidade de defender os interesses nacionais da Grã-Bretanha.

A defesa do interesse nacional do Brasil na área de ciência e da tecnologia terá hoje que ser realizada dentro de um quadro de crise fiscal, que exige do país, neste momento, um grande e solidário esforço de ajuste, mas que não diminuirá nossa determinação de aumentar a competitividade brasileira a nível internacional.

Devemos partir de alguns pressupostos em nosso trabalho:

Primeiro, desenvolver a capacidade científica no Brasil é fundamentalmente um papel do Estado, e complementarmente, das empresas, enquanto que promover o desenvolvimento e a inovação tecnológica, são tarefas primordialmente das empresas, que ao Estado cabe complementar.

Segundo, os recursos para uma e outra tarefa são sempre escassos, por isto, precisam ser aplicados com critério, para que assim contribuam de forma efetiva para o desenvolvimento nacional.

Terceiro, não é fácil aplicar com critério os recursos. Ninguém tem sozinho, ou mesmo em grupo, o conhecimento e a isenção suficientes para realizar essa tarefa. Não existe uma razão maior a nos dizer quais os projetos científicos e tecnológicos que merecem apoio do Estado e quais, não. Por isso, ao mesmo tempo que se tomam decisões, é preciso que haja: absoluta transparência na concessão de recursos, avaliação constante dos trabalhos realizados e dos seus resultados, e um diálogo permanente entre os cientistas e técnicos, suas associações e instituições, e o governo.

Quarto, uma parte desses recursos deriva de incentivos ou isenções fiscais. É preciso aí também avaliar com cuidado e transparência os

gastos realizados. Se de fato são realizados e se contribuem para o desenvolvimento tecnológico.

Nesta matéria é comum o debate sobre o papel das empresas multinacionais. Seus críticos afirmam que as empresas multinacionais realizam toda a sua pesquisa e desenvolvimento no exterior, seus defensores buscam mostrar que isto já não é mais verdade. Espero que de fato não seja. Mas não basta esperar, é preciso verificar e garantir que isto ocorra. Não é razoável que grandes empresas, independentemente da nacionalidade da maioria de seus acionistas, deixem de promover desenvolvimento tecnológico. Como não é razoável que o Estado trate fiscalmente de forma igual aquelas que promovem e aquelas que não promovem dentro do país esse desenvolvimento.

É a partir desses pressupostos que pretendo realizar minha tarefa no Ministério da Ciência e Tecnologia. E para isto será necessário montar a equipe e reorganizar o ministério. O ministro que hoje nos deixa, o ilustre cientista e homem público que é Israel Vargas, realizou um extraordinário trabalho nestes últimos seis anos. Mas, como ele próprio me alertou, há ainda muito por fazer. E, nesse muito, o principal é ter um ministério enxuto e integrado, em que seus órgãos não sejam o simples resultado de adições ou incorporações que se realizam através dos anos, mas de um desenho institucional lógico e operacional, em que a formulação de política e sua execução estejam separadas mas perfeitamente integradas. Segundo, é preciso ter uma equipe competente, atualizada com as tendências mais modernas da ciência e da tecnologia, com as melhores técnicas de gestão de recursos e de avaliação de resultados.

Ter um Ministério da Ciência e Tecnologia ativo e dotado de recursos será uma maravilha, mas desde que duas condições sejam cumpridas: que nesse ministério haja transparência democrática que garanta a responsabilização de seus dirigentes; e, segundo, que as decisões tomadas, as políticas públicas adotadas, estejam no rumo certo. Porque é bom estarmos alertados em relação a um ponto. Entre ter ou não ter órgãos do governo será melhor não tê-los, se realizam políticas equivocadas, como foi o caso da reserva de mercado na informática, ou a política nuclear.

Não tem sido este o caso do Ministério da Ciência e Tecnologia. Pelo menos no atacado nenhum erro dessa natureza foi realizado. Mas isto não significa que o problema da política de ciência e tecnologia no Brasil seja apenas de falta de recursos. Essa falta existe, e vamos trabalhar duramente para descobrir novas fontes de recursos. Mas é

evidente que no varejo estão sendo cometidos erros todos os dias. Erros naturais, erros alguns inevitáveis, mas erros que, caso se multipliquem e se transformem na norma mais do que na exceção, desqualificarão o esforço de cientistas e técnicos da mais alta competência, cujo trabalho depende de uma política governamental ativa e inovadora.

Neste trabalho que hoje inicio terei dois clientes - os cientistas e os técnicos brasileiros - ; terei um chefe, o Presidente Fernando Henrique; e um patrão: o interesse nacional. Terei muitos associados: os próprios cientistas e suas instituições, os empresários e trabalhadores e suas associações. No governo, não estarei só. A promoção da ciência e da tecnologia é também uma tarefa de todos os ministérios, principalmente de três que merecem especial menção - o Ministério da Educação e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e o Ministério da Agricultura –, com os quais eu espero uma colaboração estreita. Como também espero a ação cada vez mais atuante dos estados nesta área, já que em um país federativo como o nosso sua omissão na área da ciência e da tecnologia é inaceitável.

Sei que entre os meus clientes encontram-se cientistas e técnicos da mais alta qualidade. É essa qualidade que quero promover e apoiar. Hoje, no Brasil, como não existe mais espaço para empresas ineficientes, protegidas, não existe também espaço para técnicos, cientistas e, mais amplamente, intelectuais, de segunda classe, protegidos pela compreensão dos seus pares. Nossa pesquisa, nossa ciência e nossa tecnologia devem ser de primeiro mundo, devem ser competitivas internacionalmente, como devem ser nossas empresas.

Eu sei que isto não é fácil. Eu sei que não dispomos de tantos recursos quanto os países desenvolvidos. É por isso que não devemos hesitar em copiar os suas conquistas tecnológicas e estar perfeitamente a par da fronteira científica em cada setor do conhecimento. Mas podemos também desenvolver ciência básica e tecnologia de ponta. Especialmente em algumas áreas em que tenhamos vantagens comparativas ou interesses mais diretos.

Não se trata de uma tarefa impossível. Tanto é assim que, seja nas ciências exatas ou naturais, quanto nas sociais, temos muitos grupos científicos e tecnológicos no Brasil com padrão internacional.

É preciso, entretanto, nesse ponto distinguir as ciências sociais das ciências exatas ou naturais. Enquanto que estas são universais, sendo um bom critério de excelência saber se seus cientistas publicam nos melhores

periódicos internacionais, as ciências sociais não têm a mesma universalidade, e o critério deve ser o de publicar nas melhores revistas acadêmicas brasileiras. É claro que nesse campo é bom também publicar em revistas internacionais, mas sem jamais perder de vista que devemos ver o Brasil e o mundo com nossos olhos, a partir dos nossos interesses.

Com esta observação, volto a preocupar-me com o interesse nacional. Interesse nacional que se confunde com uma ciência e uma tecnologia avançadas, de primeiro mundo, interesse nacional que exige das instituições científicas gestão eficiente, autônoma e responsável, interesse nacional que pressupõe que os melhores cientistas e os melhores técnicos sejam reconhecidos e incentivados não apenas com honrarias mas também com remuneração adequada, e que os piores sejam simplesmente descartados por seus pares.

É possível atingir esses objetivos? Estou seguro que sim, desde que nossas universidades, onde se realiza o maior esforço de pesquisa, e nossos institutos de pesquisa isolados ganhem autonomia de gestão plena e se tornem responsáveis perante o Estado e a sociedade pelos recursos que recebem. Desde que o governo não apenas em nível federal, mas também estadual, seja capaz de aplicar bem os recursos de que dispõe, complementando o trabalho de avaliação que as próprias instituições de pesquisa já devem estar realizando internamente.

Minhas senhoras e meus senhores, a comunidade de ciência e de tecnologia do Brasil e este ministério têm diante de si um grande desafio. Vamos enfrentá-lo juntos, com coragem, com franqueza, com diálogo. O Brasil é um país democrático, em que a responsabilização de seus homens públicos perante a sociedade é essencial. Cada centavo gasto por nós é gasto em nome da sociedade. Vamos prestar contas a ela, e vamos nos apoiar nela, mostrando que nosso trabalho é importante para o país não apenas com o nosso discurso mas também com as nossas realizações. Prestando contas à sociedade estaremos aprofundando nossa democracia, estaremos promovendo o desenvolvimento do nosso país. Vamos realizar uma ciência e uma tecnologia que seja relevante para o Brasil e competitiva internacionalmente, vamos nos dedicar à ciência básica e à aplicada, vamos estimular nossas empresas e nossos empresários a associarem-se conosco, vamos dar, juntos, a nossa contribuição solidária para um país que precisa de nós como nós precisamos dele.